

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1027

**GERAÇÃO DE EMPREGOS E
REALOCAÇÃO ESPACIAL NO
MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO — 1992-2002**

**Lauro Ramos
Valéria Ferreira**

Rio de Janeiro, julho de 2004

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1027

GERAÇÃO DE EMPREGOS E REALOCAÇÃO ESPACIAL NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO — 1992-2002*

Lauro Ramos**

Valéria Ferreira***

Rio de Janeiro, julho de 2004

* Esta pesquisa foi realizada com o apoio do Programa RedeIPEA/PNUD — Projeto BRA 97/013.

** Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA.

***Mestranda da Ence.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Guido Mantega

Secretário Executivo – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

Mario Sergio Salerno

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Secretário-Executivo do Comitê Editorial

Marco Aurélio Dias Pires

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 CONSIDERAÇÕES DE ORDEM EMPÍRICA E METODOLÓGICA 2

3 VARIAÇÃO NO NÍVEL DE PESSOAS OCUPADAS E DESOCUPADAS 4

4 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS PARA GRUPOS ESPECÍFICOS 8

5 RESUMO E COMENTÁRIOS 17

SINOPSE

O objetivo principal deste trabalho é averiguar a extensão da geração de empregos e distribuição dos mesmos, no plano nacional, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992 e 2002. Os resultados deste exercício revelam que a realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro ocorreu de forma diferenciada, de acordo com o objeto de análise. Em relação aos grandes agregados inspecionados — ocupação e desocupação — os resultados mostram que os movimentos não foram tão intensos. Para segmentos específicos, como o emprego na indústria e no setor formal e o desemprego entre chefes de domicílio, por exemplo, as diferenças são mais pronunciadas, principalmente na esfera metropolitana, *vis-à-vis* as demais áreas do país.

ABSTRACT

The main of this work is to investigate the special distribution of the jobs created between 1992 and 2002, based on the information made available by the PNADs — national household surveys conducted on a yearly basis. The results indicate that there was not major special reallocation as far as one is concerned with overall employment and unemployment. The same is not true, however, when one focuses on specific segments, as the industrial and pretected sector or the unemployment among household heads, for instance. In these cases there is a non neglectable heterogeneity in spatial changes, specially regarding metropolitan areas *vis-à-vis* the rest of the country.

1 INTRODUÇÃO

A capacidade de o mercado de trabalho brasileiro gerar empregos vem, desde há muito, ocupando lugar de destaque no debate sobre a situação econômico-social do país. Isso se deve, em boa medida, à forte pressão da oferta de trabalho decorrente tanto de movimentos puramente demográficos quanto de alterações no processo de decisão de ingresso no mercado de trabalho, que acarretam mudanças na taxa de participação, mas também, e com conotação mais preocupante, ao comportamento claudicante da demanda por trabalho, que acaba tolhendo a geração líquida de postos de trabalho. Nos últimos tempos, esse tema passou a receber ainda mais atenção da sociedade em geral, em função não só da ascensão da taxa de desemprego a patamares elevados, como da tendência de que ela venha a experimentar elevações adicionais no curto prazo, implicando, conseqüentemente, um expressivo aumento do contingente de desempregados.

O debate a esse respeito, de modo geral, baseia-se nos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE), que cobre seis das principais regiões metropolitanas do Brasil¹ — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife — e, em menor escala, nas informações da Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego (PED) existentes para diversas metrópoles, com destaque para aquela que cobre a região metropolitana de São Paulo (RMSP), conduzida pela Fundação Seade e pelo Dieese.

A razão de ser da utilização da PME reside na sua freqüência e contemporaneidade, o que confere muito mais agilidade e atualidade à análise, permitindo a captação de movimentos de natureza conjuntural. Não obstante essas vantagens, as conclusões advindas de análises baseadas nessas informações podem não ser representativas da situação nacional, uma vez que as regiões pesquisadas respondem por pouco mais de 1/4 do pessoal ocupado do país, além de retratarem mercados de trabalho com realidades e dinâmicas de funcionamento potencialmente distintas das do resto do país. Além do mais, o mercado de trabalho metropolitano não constitui núcleo isolado dos demais, podendo haver fortes interações entre eles, por questões de cunho econômico e/ou demográfico.

Um bom exemplo desses fenômenos é o caso da indústria, setor de atividade tradicionalmente concentrado nas áreas metropolitanas, mas que vem experimentando um processo de enxugamento e descentralização. Assim, a migração de indústrias, em conjunto com a instalação de novas fábricas fora do eixo dessas seis regiões, faz com que a PME capte a destruição de postos de trabalho, mas não a geração de outros. Além disso, o processo de fortalecimento dos agronegócios, ditado pelo crescimento das exportações de produtos agrícolas semi-industrializados, afeta de forma muito mais intensa as áreas rurais e urbanas não-metropolitanas. Ocioso lembrar, nos demais setores de atividade e estratos socioeconômicos, o mesmo fenômeno de realocação espacial pode estar se verificando, embora não seja claro, *a priori*, em que direção isso esteja ocorrendo.

1. A PME também cobre a região metropolitana de Curitiba, mas estas informações não são divulgadas pelo IBGE, seja para a região isoladamente, seja para o conjunto das regiões pesquisadas.

Diante disso, o objetivo principal desta pesquisa é averiguar a extensão da geração de empregos e realocação dos mesmos, no plano nacional, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992 e 2002.² A PNAD, pesquisa domiciliar também coletada pelo IBGE, tem cobertura nacional, com exceção das áreas rurais da região Norte, e representatividade nos planos estaduais e metropolitanos. A pesquisa é levada a campo anualmente, com exceção dos anos em que o censo é realizado.³

Para atingir esse objetivo são avaliados, por um lado, a variação no nível total de pessoas ocupadas e no contingente de desocupados nesse intervalo de dez anos e, por outro, o processo de realocação espacial do mercado de trabalho brasileiro no período. Alguns subconjuntos definidos segundo atributos dos trabalhadores — como as mulheres, por exemplo — e características de natureza econômica dos postos de trabalho — como o setor da indústria, por exemplo — em que se detectam movimentos mais intensos de realocação da mão-de-obra são também analisados.

2 CONSIDERAÇÕES DE ORDEM EMPÍRICA E METODOLÓGICA

Antes de apresentar e discutir os resultados é preciso esclarecer as definições de ocupação e desocupação utilizadas ao longo do trabalho, bem como introduzir uma forma de avaliar a intensidade das diferenças na distribuição espacial de uma variável de interesse em dois instantes distintos de tempo.

2.1 O CONCEITO DE OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO (DESEMPREGO)

Com o intuito de minimizar as diferenças entre os conceitos de ocupação e desocupação utilizados nas PME's e nas PNADs que potencialmente afetam a mensuração desses agregados de forma distinta nas áreas metropolitanas e não-metropolitanas, introduzindo assim uma forma de “ruído” na análise, optou-se por modificar ligeiramente o conceito desta última pesquisa no sentido de prover um maior grau de homogeneização entre eles. As definições utilizadas são descritas a seguir.

Definição de ocupados: Foram classificados como ocupados na semana de referência os indivíduos que exerceram trabalho remunerado naquela semana, assim como os que exerceram trabalho não-remunerado durante pelo menos 15 horas naquele período, e também os que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados. Não foram considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção na semana de referência.

Definição de desocupados: Foram considerados como desocupados os indivíduos que não exerceram trabalho na semana de referência, mas que procuraram trabalho nesta semana. Também foram considerados desocupados os indivíduos que:

- exerceram trabalho não-remunerado na semana de referência e trabalharam menos que 15 horas, mas procuraram trabalho nesta semana; e que

2. Esses dois anos foram escolhidos por ser 2002 o mais recente para o qual os dados estão disponíveis e 1992 o mais longínquo, que possui uma mesma metodologia de coleta das informações relevantes.

3. A PNAD não foi a campo em 1994.

- exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção na semana de referência, mas procuraram trabalho nesta semana.

É importante ressaltar que a desconsideração do trabalho para autoconsumo e construção como ocupação altera a distribuição espacial em um instante de tempo qualquer, na medida em que isso “penaliza” as áreas rurais, onde essas atividades tendem a ser mais importantes. Não há razão, todavia, para que esse procedimento introduza viés no que tange a mudanças ao longo do tempo. De modo similar, as definições utilizadas para ocupação e desocupação tendem a elevar a taxa de desemprego em um determinado instante, mas não afeta a natureza das variações na taxa no tempo.

2.2 O ÍNDICE DE TURBULÊNCIA

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro o tipo de mudança, objeto de interesse. Um indivíduo trocar de posição com outro é, sem dúvida, uma mudança, mas, a menos de uma eventual preocupação com um grupo específico,⁴ ela não é relevante para a análise, uma vez que a distribuição fica inalterada. *Grosso modo*, isso é equivalente ao axioma do anonimato, ou simetria da função de bem-estar, normalmente adotado na mensuração do grau de desigualdade de uma distribuição. Assim, mudanças de interesse são aquelas que acontecem nas frações populacionais em cada grupo ou região.

Isso posto, um bom instrumento para medir a intensidade de fenômenos de realocação, para o caso de movimentos espaciais — setoriais, ocupacionais e afins — é o assim chamado “índice de turbulência”. Considerando-se uma partição da população de interesse (no caso, PEA ocupada, PEA desocupada, ocupados na indústria, desocupados chefes de domicílio, por exemplo) em G grupos, o índice de turbulência ($T_{t,t-1}$) é definido da seguinte maneira para “medir” a intensidade das transformações espaciais (ou de acordo com qualquer outra partição de interesse) ocorridas entre os instantes t e $t-1$:

$$T_{t,t-1} = \frac{1}{2} \sum_{g=1}^G |\alpha_{g,t} - \alpha_{g,t-1}|$$

onde $\alpha_{g,t}$ é a fração do total da população pertinente no grupo g no instante t .

Conforme frisado por Barros *et alii*,⁵ esse índice é bastante útil para avaliar como a estrutura do emprego variou entre dois instantes de tempo, entre outras razões por possuir a vantagem de ter uma interpretação bastante simples — ele representa a fração mínima da população de interesse que teria de ser realocada no período final, de forma a restabelecer a estrutura observada no período inicial. Portanto, como pode

4. Se houver preocupação com um grupo específico, basta tomá-lo como população de referência. A análise das transformações ocorridas no âmbito desse grupo pode, então, ser feita nos mesmos moldes.

5. Barros, Cruz, Foguel e Mendonça. Uma Avaliação Empírica do Grau de Flexibilidade Alocativa do Mercado de Trabalho Brasileiro, in *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, n. 4, ano 2, abril de 1997 (IPEA/MTE).

ser facilmente demonstrado, esse índice varia entre 0 e 1,⁶ e, quanto mais baixo o seu valor, mais brandas as transformações verificadas na estrutura subjacente.

3 VARIAÇÃO NO NÍVEL DE PESSOAS OCUPADAS E DESOCUPADAS

A partir das definições de ocupação e desocupação, apresentadas na Seção 2, torna-se possível processar os dados primários das PNADs, de forma a produzir a distribuição espacial da ocupação e da desocupação em 1992 e 2002 e, portanto, identificar as alterações ocorridas no período, que são apresentadas e analisadas a seguir.

3.1 OCUPAÇÃO

A parte superior da Tabela 1 mostra, para os anos de 1992 e 2002, os dados da PNAD para o nível total de ocupação. Uma rápida inspeção das informações ali contidas permite constatar que o crescimento no nível de ocupação, como seria de esperar, não foi perfeitamente homogêneo ao longo das diversas áreas e regiões consideradas. A população ocupada total teve um crescimento de 21,0%, passando de 61,2 milhões em 1992 para 74,1 milhões em 2002,⁷ o que significa a geração de 12,9 milhões de postos de trabalho em termos líquidos. Em termos espaciais, todavia, esse aumento esteve mais concentrado em algumas áreas e regiões do que em outras.

Esse é o caso, por exemplo, das áreas metropolitanas *vis-à-vis* as áreas não-metropolitanas. Enquanto as seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME experimentaram um aumento de aproximadamente 25,0%, equivalente a cerca de 3,85 milhões de ocupados — percentual semelhante ao agregado das dez metrópoles brasileiras, que foi de 28,3%, equivalente a 5,18 milhões de ocupados —, o Brasil não-metropolitano apresentou um crescimento de 17,9%, equivalente a 7,70 milhões de ocupados. Como resultado desse crescimento diferenciado, as áreas metropolitanas aumentaram sua participação na ocupação total em 1,79 ponto percentual (p.p.) — o subconjunto da PME, considerado isoladamente, aumentou sua participação em cerca de 0,82 p.p.

É importante chamar a atenção para o fato de que o menor crescimento da ocupação não-metropolitana é decorrência direta do desempenho nas áreas rurais, onde ocorreu um encolhimento equivalente a 18,1% no período analisado de dez anos. De fato, se tomada apenas a parte urbana das áreas não-metropolitanas, observa-se uma geração expressiva da ocupação — foram criados 10,2 milhões de postos de trabalho entre 1992 e 2002 — o que significa uma expansão de 35,8%, e um aumento na participação de 5,7 p.p., fazendo com que esta passasse a ser superior a 50% da ocupação nacional em 2002.

6. Caso não haja nenhuma mudança, não há necessidade de realocação e, portanto, o índice é igual a 0. No outro extremo, a maior necessidade de rearranjos pode ser entendida, sem perda de generalidade, pensando-se na existência de dois grupos, e no instante inicial toda a população está no primeiro e no instante final está toda no segundo. Nesse caso, obviamente, toda a população teria de ser deslocada para reproduzir a distribuição e o índice assumiria, então, o valor 1.

7. Cumpre notar que esses números não coincidem com os publicados nas tabulações especiais das PNADs, isso em função de não estarem sendo consideradas, no presente exercício, as pessoas ocupadas em produção para autoconsumo ou construção para fins próprios.

TABELA 1
PESSOAS DE DEZ ANOS E MAIS DE IDADE OCUPADAS E DESOCUPADAS — PNADs DE 1992 E 2002^a

Ocupadas	1992	2002	Diferença absoluta	Crescimento (%)	Crescimento na participação (p.p.)
Brasil ^b	61.229.4277	74.110.709	12.881.282	21,0	-
Metropolitano	18.333.313	23.518.094	5.184.781	28,3	1,79
Metropolitano PME	15.414.073	19.266.836	3.852.763	25,0	0,82
Não-metropolitano	42.896.114	50.592.615	7.696.501	17,9	-1,79
Urbano	28.671.843	38.949.782	10.227.939	35,8	5,73
Rural	14.224.271	11.642.833	-2.581.438	-18,1	-7,52
Grandes regiões					
Norte	2.478.843	3.931.938	1.453.095	58,6	1,26
Nordeste	17.052.167	19.675.508	2.623.341	15,4	-1,30
Sudeste	26.803.742	32.667.700	5.863.958	21,9	0,30
Sul	10.631.177	12.361.102	1.729.925	16,3	-0,68
Centro-Oeste	4.263.498	5.474.461	1.210.963	28,4	0,42
Desocupadas					
Brasil	4.747.770	8.110.765	3.362.995	70,8	-
Metropolitano	1.979.839	3.655.587	1.675.748	84,6	3,37
Metropolitano PME	1.685.088	3.043.297	1.358.209	80,6	2,03
Não-metropolitano	2.767.931	4.455.178	1.687.247	61,0	-3,37
Urbano	2.496.523	4.129.402	1.632.879	65,4	-1,67
Rural	271.408	325.776	54.368	20,0	-1,70
Grandes regiões					
Norte	240.665	471.748	231.083	96,0	0,75
Nordeste	1.261.843	1.995.289	733.446	58,1	-1,98
Sudeste	2.342.553	4.179.623	1.837.070	78,4	2,19
Sul	595.637	948.440	352.803	59,2	-0,85
Centro-Oeste	307.072	515.665	208.593	67,9	-0,11

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992 e 2002.

^a Os dados para todos os anos no intervalo, bem como para os grupos formados pelos cortes de idade, escolaridade, gênero, posição no domicílio, setor de atividade e forma de inserção no mercado de trabalho estão disponíveis com os autores.

^b As seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da PNAD são: Curitiba, Fortaleza, Belém e Brasília.

Também no plano das grandes regiões geográficas observam-se diferenças no padrão de crescimento da população ocupada no período. A expansão na região Norte chegou a 58,6% — a maior de todas — e aumentou sua participação em 1,26 p.p., enquanto, no extremo oposto, a região Nordeste cresceu tão-somente 15,4%, com sua participação encolhendo o equivalente a 1,30 p.p. Em escala menor, a ocupação na região Sul também cresceu abaixo da média nacional e, portanto, teve sua participação no total encolhida, enquanto o Sudeste e o Centro-Oeste aumentaram, mesmo que modestamente, sua fatia no total de ocupados.

No que concerne às UFs (Gráfico 1), em 17 delas o crescimento foi acima da média nacional, o que acarretou aumento na sua participação na ocupação total entre 1992 e 2002, com destaque para os estados do Pará e de São Paulo, cuja participação cresceu mais de 0,5 p.p. Dez estados apresentaram crescimento abaixo da média, devendo ser destacado o Rio Grande do Sul, que foi o único a experimentar uma redução na participação superior a 0,5 p.p. Cumpre destacar que as regiões Nordeste, com seis de seus estados, e Sul, com dois de seus três estados, estão super-representadas nesse grupo, refletindo o padrão já discutido para as grandes regiões geográficas. No caso da região Sudeste, só não houve encolhimento na participação devido ao desempenho de São Paulo, uma vez que a ocupação no Rio de Janeiro e em Minas Gerais cresceu abaixo da média.

3.2 DESOCUPAÇÃO

O primeiro ponto a chamar a atenção no painel inferior da Tabela 1, que diz respeito à desocupação, entendida aqui como o contingente de desempregados, é que as variações no tempo foram muito maiores que as da ocupação em todos os estratos espaciais considerados. No âmbito do Brasil como um todo, esse contingente cresceu 70,8%, mais que o triplo da variação da ocupação, o que significou a existência de quase 3,4 milhões a mais de desocupados no país no intervalo analisado. Segundo, fica claro que, considerado o grau de heterogeneidade no crescimento espacial da ocupação, ele se manifesta com mais intensidade na variação da distribuição espacial da desocupação.

A desocupação cresceu 84,6% no conjunto das dez regiões metropolitanas brasileiras e 80,6% no subconjunto das seis cobertas pela PME. Nas áreas não-metropolitanas o crescimento percentual é menor — 61,0% — embora em números absolutos seja praticamente idêntico ao das áreas metropolitanas — quase 1,7 milhão de “novos” desempregados em cada uma delas. Merece destaque o fato de nas áreas rurais, não obstante o nível da ocupação ter caído, o número de desocupados ter aumentado. No que diz respeito ao corte por grandes regiões geográficas, vale ressaltar o expressivo aumento no número de desocupados na região Sudeste, mais do que a metade da variação total, o que implicou uma elevação da participação dessa região na desocupação total de 2,2 p.p.

As indicações de que as disparidades foram maiores nas variações da desocupação são mais aparentes quando examinadas ao nível das UFs, conforme retratado no Gráfico 2. Em diferentes escalas, 13 dos estados diminuíram sua participação no total, 12 aumentaram e dois não experimentaram praticamente nenhuma variação. Entre os que tiveram crescimento menor do que a média nacional, destacam-se três estados nordestinos — Rio Grande do Norte, Bahia e Alagoas — com participação reduzida em pelo menos 0,7 p.p. Entre aqueles onde a expansão foi superior ao observado no plano agregado, destaca-se sobremaneira o Rio de Janeiro, cuja parcela na desocupação total cresceu mais de 1,5 p.p. entre 1992 e 2002.

3.3 INTENSIDADE DAS MUDANÇAS

Em que pese a menção, na seção anterior, a uma aparente maior heterogeneidade nas mudanças da distribuição espacial da ocupação em relação à desocupação, é ponto pacífico que observações dessa natureza reclamam maior embasamento e comprovação. No caso das duas distribuições é possível argumentar que a amplitude das variações na participação dos estados na desocupação total no intervalo analisado — cerca de 2,3 p.p. — é bem maior que no caso da ocupação — cerca de 1,4 p.p. Embora simples de visualizar, nem sempre a amplitude de uma distribuição é um indicador confiável da dispersão de uma distribuição qualquer.

De forma a promover maior tangibilidade à avaliação do grau de entropia dessas mudanças, serão utilizados os índices de turbulência a elas associados, descritos na seção anterior e apresentados na Tabela 2.

TABELA 2
ÍNDICES DE TURBULÊNCIA PARA OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO — 1992-2002

Índice de turbulência ($T_{92,02}$)	Grandes regiões	Unidades da federação
Ocupação	1,98	2,60
Desocupação	2,94	4,72

Tanto para a partição segundo as grandes regiões como para as UFs, a heterogeneidade das mudanças conforme medida por esse indicador é maior para o caso da desocupação:⁸ no caso das UFs, seria necessário realocar, no mínimo, 4,72% dos desocupados em 2002 para reproduzir a distribuição entre elas que vigorava em 1992, enquanto no caso da ocupação a necessidade de realocação seria de 2,60% para atingir o mesmo propósito. É possível afirmar, então, que as mudanças espaciais da desocupação foram mais heterogêneas que aquelas observadas na ocupação, embora as respectivas magnitudes, conforme indicado pelo índice de turbulência, não cheguem a ser muito elevadas.

3.4 TAXAS DE DESEMPREGO

Apesar de não pertencer ao escopo do trabalho, é praticamente irrefreável o impulso de lançar mão das informações da Tabela 1 para tecer considerações a respeito do comportamento e evolução das taxas de desemprego nas diferentes áreas. Essas taxas, obtidas diretamente daquelas informações, são apresentadas na Tabela 3.

Dois fatos merecem ser destacados em relação ao comportamento das taxas de desemprego no período. Primeiro, o desemprego é maior nas áreas metropolitanas (a taxa é, para efeitos práticos, a mesma para as seis regiões da PME e para o total das dez regiões, tanto em 1992 quanto em 2002) do que no resto do país: a diferença entre a taxa das áreas metropolitanas e a das não-metropolitanas ficou entre 3,5 p.p. e 4,5 p.p., a segunda sendo pouco mais de 60% do valor da primeira. Segundo, e de forma até certo ponto surpreendente, quando se contrapõem as taxas metropolitanas e as taxas nacionais, observa-se que as variações em ambas entre o ano inicial e o ano

8. Para as duas variáveis consideradas o índice de turbulência é maior entre as UFs do que entre as grandes regiões geográficas, resultado bastante intuitivo, na medida em que "migrações" entre estados da mesma região afetam o segundo, mas não o primeiro.

final são virtualmente idênticas: nas metrópoles a taxa passou de 9,7% para 13,5%, o que significa um crescimento de 38%; no plano nacional ela passou de 7,2% para 9,9%, com um crescimento de 37%. Pode-se assim inferir, em caráter preliminar, que embora a concentração da mensuração contemporânea nas áreas metropolitanas superestime a taxa de desemprego, ela parece não comprometer a identificação dos movimentos e oscilações na questão do desemprego, sendo adequada, portanto, para avaliação de mudanças na conjuntura do mercado de trabalho.

TABELA 3
TAXAS DE DESEMPREGO POR ÁREA E REGIÃO GEOGRÁFICA
 [em %]

Taxa de desemprego	1992	2002
Brasil	7,2	9,9
Metropolitano	9,7	13,5
Metropolitano PME	9,9	13,6
Não-metropolitano	6,1	8,1
Urbano	8,0	9,6
Rural	1,9	2,7
Grandes regiões		
Norte	8,8	10,7
Nordeste	6,9	9,2
Sudeste	8,0	11,3
Sul	5,3	7,1
Centro-Oeste	6,7	8,6

Quanto às grandes regiões geográficas, o que merece ser destacado é o grande crescimento da taxa de desemprego na região Sudeste, que foi de 3,3 p.p. no período. Esse aumento fez com que ela passasse a ser a região com a maior taxa em 2002, tomando a posição que era ocupada pela região Norte em 1992. No outro extremo, a região Sul permanece sendo a que apresenta a menor taxa de desemprego, igual a 7,1% em 2002, significativamente abaixo da média nacional.

4 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS PARA GRUPOS ESPECÍFICOS

Embora as variações na distribuição espacial, particularmente no caso da ocupação, não tenham sido muito elevadas no agregado, é possível que grupos e/ou setores específicos tenham sido mais afetados, por alguma razão econômica ou demográfica que o atingiu mais diretamente. A Tabela 4 considera os estratos da força de trabalho ocupada e desocupada segundo gênero, idade, escolaridade, condição no domicílio e, para o caso do contingente dos ocupados, de acordo com a forma de inserção no mercado e setor de atividade.

Os resultados para o índice de turbulência mostrados na Tabela 4 revelam que, em geral, as variações são espacialmente mais heterogêneas para grupos específicos do que para o agregado, o que sugere a existência de movimentos parcialmente compensatórios ao longo dos grupos. Para entender melhor a natureza dos

movimentos intragrupos, foram escolhidos alguns deles, levando em conta sua importância relativa e a disparidade nas mudanças, para serem examinados mais atentamente.

TABELA 4
ÍNDICES DE TURBULÊNCIA ENTRE AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO: POPULAÇÃO DE DEZ E MAIS DE IDADE, OCUPADA E DESOCUPADA — 1992-2002

	Ocupados	Desocupados
Total	2,60	4,72
Gênero		
Homem	2,04	3,76
Mulher	4,11	6,26
Grupos de idade		
10 a 14 anos	9,41	19,53
15 a 24	3,67	5,24
25 a 49	2,47	4,26
50 anos e mais	4,24	11,91
Anos de estudo		
Até 3 anos	4,60	10,06
4 a 7	8,00	9,22
8 a 11	5,14	7,90
12 anos e mais	4,62	10,49
Posição no domicílio		
Chefe	2,14	7,45
Outros moradores	3,20	5,08
Posição na ocupação		
Trabalhador protegido	5,37	-
Trabalhador sem carteira de trabalho assinada	5,81	-
Conta-própria	5,90	-
Empregador	6,02	-
Trabalhador não-remunerado	6,03	-
Setor de atividade		
Agricultura	7,28	-
Indústria	7,04	-
Construção	4,98	-
Comércio	4,24	-
Administração pública	4,55	-
Serviços	6,32	-
Outras atividades	3,65	-

4.1 OCUPADOS NA INDÚSTRIA

O primeiro estrato a ser destacado é o setor da indústria, não apenas em função de o seu índice de turbulência ser mais elevado como também pelo caráter emblemático desse setor de atividade, tradicionalmente encarado como segmento líder e indutor do processo de desenvolvimento econômico.

O crescimento do emprego industrial se deu de forma relativamente tímida no período, tendo passado de 10,2 milhões de postos de trabalho em 1992 para 11,1 milhões em 2002, como pode ser visto na Tabela 5. Isso representa um crescimento de 8,9%, bem inferior aos 21,0% constatados para a ocupação como um todo. A criação de empregos na indústria respondeu, assim, por apenas 7,0% do total de novos postos de trabalho. Esse resultado não chega a constituir surpresa, haja vista o

processo de reestruturação e enxugamento da estrutura produtiva desse setor para obtenção de ganhos de produtividade e, assim, maior competitividade internacional no contexto de uma economia em franco processo de abertura.

TABELA 5
OCUPAÇÃO NA INDÚSTRIA — PNADs DE 1992 E 2002

Ocupados na indústria	1992	2002	Diferença absoluta	Crescimento (%)	Crescimento na participação (p.p.)
Brasil	10.155.849	11.061.330	905.481	8,9	-
Metropolitano	4.012.834	3.802.054	-210.780	-5,3	-5,14
Metropolitano PME	3.530.513	3.206.677	-323.836	-9,2	-5,77
Não-metropolitano	6.143.015	7.259.276	1.116.261	18,2	5,14
Urbano	5.182.185	6.542.983	1.360.798	26,3	8,13
Rural	960.830	716.293	-244.537	-25,5	-2,99
RMSP	1.901.426	1.648.097	-253.329	-13,32	-3,82
São Paulo não-metropolitano	1.499.281	1.762.787	263.506	17,6	1,17
Grandes regiões					
Norte	337.447	511.184	173.737	51,5	1,30
Nordeste	1.826.008	1.885.582	59.574	3,3	-0,93
Sudeste	5.549.166	5.749.952	200.786	3,6	-2,66
Sul	1.978.667	2.304.279	325.612	16,5	1,35
Centro-Oeste	464.561	610.333	145.772	31,4	0,94

A Tabela 4 também mostra que o índice de turbulência para a ocupação na indústria (7,04%) foi quase três vezes maior do que para a ocupação total, o que confirma as expectativas, uma vez que o processo de descentralização da indústria, em virtude tanto de um processo de esgotamento de utilização das metrópoles como pólos industriais como do processo de guerra fiscal entre os estados, provocou uma perda de importância relativa do eixo Rio-São Paulo.

A primeira evidência concreta de descentralização do emprego industrial advém da comparação do comportamento metropolitano e não-metropolitano: enquanto o saldo nas regiões metropolitanas foi a destruição, em termos líquidos, de quase 211 mil postos de trabalho na indústria (cifra que atinge quase 324 mil para as regiões metropolitanas da PME), no Brasil não-metropolitano houve a geração de 1,116 milhão de empregos (vale notar que, como o desempenho nas áreas rurais também foi negativo, o saldo nas áreas urbanas é ainda mais expressivo, com a criação de 1,361 milhão de postos). Em termos de participação no emprego industrial, isso significa uma perda de 5,77 p.p. na fatia metropolitana e 2,99 p.p. no meio rural, contrapostas por uma expansão de 8,13 p.p. nas áreas urbanas.

O painel intermediário da Tabela 4 revela uma dimensão adicional do processo de despolarização do emprego industrial, deixando claro que o “esvaziamento” das áreas metropolitanas é decorrência direta do desempenho da região metropolitana de São Paulo (RMSP), principal pólo industrial do país: entre 1992 e 2002 houve uma

perda líquida de 253 mil vagas no setor industrial na RMSP, o que representou um encolhimento de 13,3% e uma redução na participação no emprego industrial de 3,82 p.p.⁹ É interessante notar que esta perda de postos de trabalho na RMSP é totalmente compensada pela geração líquida ocorrida no interior do estado, de tal maneira que o emprego industrial no Estado de São Paulo fica estável no período. Pode-se falar, desse modo, na existência de um processo de migração industrial da RMSP, sendo um dos destinos o interior do próprio estado.

O Gráfico 3, ao final do trabalho, mostra o quadro das transformações espaciais da ocupação industrial no nível estadual. Uma primeira observação diz respeito à escala no eixo horizontal, que corresponde às variações nas respectivas participações. Enquanto no Gráfico 1, que trata da ocupação total, a amplitude dessas variações é, *grosso modo*, o intervalo $(-0,7; 0,8)$, no caso da indústria ela é muito maior, correspondendo ao intervalo $(-2,8; 2,0)$ — sem levar em consideração a queda da RMSP, uma vez que essa região não é mostrada individualmente no Gráfico 1. Este é um indicador adicional de que as disparidades na distribuição espacial do emprego industrial entre 1992 e 2002 são bem maiores que aquelas na ocupação total.

Além disso, o Gráfico 3 fornece outras indicações sobre o processo de descentralização e migrações subjacentes a ele. Entre os estados que cresceram acima da média, destacam-se Minas Gerais e Paraná — as duas maiores progressões da participação no emprego da indústria — e, em menor escala, o Mato Grosso do Sul. A constatação que emerge desta análise mais desagregada diz respeito à existência de um processo de desconcentração da produção, ou pelo menos do emprego industrial no Brasil, com a dinâmica fundamental da despolarização residindo no fluxo do emprego nesse setor da RMSP para o interior do estado e, também, para estados vizinhos, com a notória exceção do Rio de Janeiro (que sofreu a segunda maior retração, atrás apenas do próprio Estado de São Paulo).

Por fim, em termos de grandes regiões geográficas, esse processo acabou por acarretar um aumento na importância do Sul (1,35 p.p.) e do Centro-Oeste (0,94 p.p.) na esfera do emprego industrial, a expensas da região Sudeste (-2,66 p.p.). Não obstante, esta última continua sendo, por larga margem, a maior detentora de postos de trabalho nesse setor. Vale destacar ainda o crescimento significativo na região Norte e a quase estagnação da ocupação industrial no Nordeste.

4.2 OCUPADOS COM POSTOS DE TRABALHO PROTEGIDOS

Um dos traços marcantes do desempenho do mercado de trabalho metropolitano na década passada foi o crescimento de duas formas de inserção dos trabalhadores nesse mercado: o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho por conta própria, na medida em que essas formas de inserção não garantem aos trabalhadores uma série de proteções e direitos previstos nos marcos regulatórios — CLT e RJU — e, portanto, ganham alguma conotação de precariedade e/ou indesejabilidade. De forma genérica, o contingente de trabalhadores “sem carteira” e autônomos são associados ao setor informal, ou setor desprotegido, do mercado de trabalho. Na

9. Se o Estado de São Paulo, para fins do cálculo do índice de turbulência, for particionado em RMSP e São Paulo não-metropolitano, este índice sobe de 7,04% para 8,22%.

verdade, como é mostrado na Tabela 6, esse parece ser um fenômeno tipicamente metropolitano, mais intenso nas regiões metropolitanas da PME e, em particular, na RMSP, na medida em que as relações de trabalho protegidas cresceram menos nesses núcleos do que na média nacional.

Vai daí que o primeiro, e possivelmente o principal, ponto a ser destacado é que, no que diz respeito à informalidade nas relações de trabalho, o diagnóstico obtido a partir da PME não reflete adequadamente, ao contrário do que ocorre com as taxas de desemprego, os movimentos ocorridos no plano nacional. Pelo contrário, a Tabela 6 mostra que o emprego protegido cresceu 22,7% no período, acima, portanto, da ocupação como um todo que, como visto, cresceu 21,0% entre 1992 e 2002. Já nas regiões metropolitanas cobertas pela PME a expansão das ocupações protegidas ficou limitada a 8,7%, enquanto a ocupação total cresceu 25,0% no intervalo considerado. Para o conjunto completo das regiões metropolitanas essas percentagens foram 12,9% e 28,3%, respectivamente.

A intensidade da realocação espacial de ocupações com tipo de relação de trabalho entre as UFs, conforme mensurado pelo índice de turbulência, foi de 5,37% — mais que o dobro do verificado para ocupação total. Quando o Estado de São Paulo é particionado nas suas porções metropolitana e não-metropolitana, o índice sobe para 5,90%, reforçando o vezo metropolitano da informalidade.

Quando se consideram as grandes regiões geográficas, tem-se que o Nordeste e, principalmente, o Sudeste, até por esta última abrigar as maiores regiões metropolitanas, são as que apresentam um crescimento das ocupações protegidas abaixo da média nacional. A diferença importante no comportamento das duas regiões é que no Sudeste o crescimento dessas ocupações foi inferior ao do total das ocupações (ver Tabela 1), enquanto se observa o oposto no Nordeste, com o trabalho protegido crescendo mais que a ocupação total.

TABELA 6
OCUPAÇÃO: TRABALHADORES PROTEGIDOS — PNADs DE 1992 E 2002

Ocupados	1992	2002	Diferença absoluta	Crescimento (%)	Crescimento na participação (p.p.)
Trabalhadores protegidos					
Brasil	24.018.947	29.483.247	5.464.300	22,7	-
Metropolitano	10.317.189	11.647.958	1.330.769	12,9	-3,45
Metropolitano PME	8.909.845	9.684.458	774.613	8,7	-4,25
Não-metropolitano	13.701.758	17.835.289	4.133.531	30,2	3,45
Urbano	11.950.671	16.223.503	4.272.832	35,8	5,27
Rural	1.751.087	1.611.786	-139.301	-8,0	-1,82
RMSP	4.040.906	4.155.942	115.036	2,8	-2,73
São Paulo não-metropolitano	3.664.323	4.654.056	989.733	27,0	0,53
Grandes regiões					
Norte	822.427	1.232.665	410.238	49,9	0,76
Nordeste	4.005.054	4.888.069	883.015	22,0	-0,10
Sudeste	13.436.634	15.785.969	2.349.335	17,5	-2,40
Sul	4.297.478	5.396.204	1.098.726	25,6	0,41
Centro-Oeste	1.457.354	2.180.340	722.986	49,6	1,33

Além de sua característica metropolitana, a informalidade parece ser também um fenômeno mais típico do Sudeste. A similaridade dessa constatação com a referente à despolarização industrial sugere a inclusão, na agenda de pesquisa, de um exame mais pormenorizado da relação entre os dois movimentos.

4.3 OCUPADOS COM QUATRO A SETE ANOS DE ESTUDO

Uma das características do processo de abertura comercial foi a mudança da demanda por trabalho, que passou a privilegiar a mão-de-obra mais qualificada. Focalizando a análise no conjunto de trabalhadores com quatro a sete anos de estudo completo, ou seja, que completaram a primeira metade do primeiro grau — correspondente ao antigo primário — mas não chegaram a complementar o ciclo educacional, torna-se aparente que a ocupação para esse grupo cresceu bem abaixo da marca para a ocupação como um todo, ficando em 7,5% no período.

TABELA 7
OCUPAÇÃO DE QUATRO A SETE ANOS DE ESTUDO — PNADs DE 1992 E 2002

Ocupados 4 a 7 anos de estudo	1992	2002	Diferença absoluta	Crescimento (%)	Crescimento na participação (p.p.)
Brasil	19.767.558	21.251.975	1.484.417	7,5	-
Metropolitano	6.023.276	5.887.986	-135.290	-2,2	-2,76
Metropolitano PME	5.178.060	4.879.106	-298.954	-5,8	-3,24
Não-metropolitano	13.744.282	15.363.989	1.619.707	11,8	2,76
Urbano	9.789.623	11.331.441	1.541.818	15,7	3,80
Rural	3.954.659	4.032.548	77.889	2,0	-1,03
Grandes regiões					
Norte	13.744.282	15.363.989	1.619.707	11,8	2,76
Nordeste	9.789.623	11.331.441	1.541.818	15,7	3,80
Sudeste	3.954.659	4.032.548	77.889	2,0	-1,03
Sul	13.744.282	15.363.989	1.619.707	11,8	2,76
Centro-Oeste	9.789.623	11.331.441	1.541.818	15,7	3,80

Embora a perda de espaço dessa mão-de-obra menos qualificada seja o traço mais marcante dos mercados de trabalho metropolitanos, em particular na esfera da PME, em que o contingente de trabalhadores ocupados desse grupo chegou a diminuir (taxas de crescimento negativas de 2,2% e 5,5%, respectivamente), ela também foi observada nas áreas não-metropolitanas, onde o crescimento, mesmo tendo sido positivo, foi inferior ao crescimento da ocupação total. A exceção é o meio rural, onde houve uma expansão mínima, enquanto no total houve uma retração (interessante notar que, ainda assim, a participação das áreas rurais no total de ocupados com essa escolaridade diminuiu). Em termos de grandes regiões, uma vez mais destaca-se o comportamento do Sudeste, única região onde esse grupo cresceu menos que na média nacional, de tal forma que todas as demais aumentaram sua participação no contingente desses trabalhadores.

4.4 OCUPADOS COM 10 A 14 ANOS DE IDADE

A Tabela 8 revela que o trabalho na faixa etária de 10 a 14 anos, ilegal perante a legislação brasileira, diminuiu de forma acentuada no período, representando em 2002 menos da metade, em termos absolutos, do que era em 1992 (uma queda de 53,5%). É bem verdade que ainda existem mais de 1,3 milhão de crianças nessa faixa etária trabalhando, mas trata-se de um progresso inegável e bem-vindo.

TABELA 8
OCUPAÇÃO DE 10 A 14 ANOS DE IDADE — PNADS DE 1992 E 2002

Ocupados 10 a 14 anos de idade	1992	2002	Diferença absoluta	Crescimento (%)	Crescimento na participação (p.p.)
Brasil	2.922.666	1.358.360	-1.564.306	-53,5	-
Metropolitano	303.310	153.233	-150.077	-49,5	0,90
Metropolitano PME	228.206	116.739	-111.467	-48,8	0,79
Não-metropolitano	2.619.356	1.205.127	-1.414.229	-54,0	-0,90
Urbano	1.078.946	546.191	-532.755	-49,4	3,29
Rural	1.540.410	658.936	-881.474	-57,2	-4,20
Grandes regiões					
Norte	126.473	79.174	-47.299	-37,4	1,50
Nordeste	1.333.336	694.194	-639.142	-47,9	5,48
Sudeste	774.665	284.739	-489.926	-63,2	-5,54
Sul	485.009	212.430	-272.579	-56,2	-0,96
Centro-Oeste	203.183	87.823	-115.360	-56,8	-0,49

Em termos das diversas áreas, como seria lícito esperar, o maior progresso ocorreu no meio rural, onde foram extintas quase 900 mil ocupações dessa natureza, o que representa mais da metade da redução observada no plano nacional, implicando uma redução de 4,2 p.p. de sua participação no total (em 1992 as áreas rurais eram responsáveis por mais da metade da ocupação nessa faixa etária, o que deixou de ser verdadeiro em 2002). Nos centros metropolitanos, em que pese o fato de a redução percentual ter sido um pouco menor que a média nacional, o trabalho de 10 a 14 anos de idade tornou-se bastante reduzido tanto em termos absolutos — cerca de 153 mil crianças nas dez metrópoles e 116 mil naquelas cobertas pela PME — quanto, principalmente, em termos percentuais — em torno de 0,6% da ocupação total. No plano das regiões geográficas, destaca-se o Nordeste que, apesar de ter apresentado também uma grande diminuição, continua respondendo por mais da metade desse trabalho infantil, tendo, inclusive, aumentado sua participação em 5,48 p.p.

4.5 DESOCUPAÇÃO FEMININA

No que se refere à desocupação, o primeiro grupo selecionado para uma descrição mais detalhada é o formado pelas mulheres. Segundo a Tabela 1, enquanto o

contingente de desocupados aumentou em 70,8% no intervalo considerado, o percentual foi de 89,2% para as mulheres, que já respondem por mais de 50% do desemprego. Na verdade, esse comportamento é observado, em diferentes escalas, para todas as áreas apresentadas na Tabela 9. Vale citar, as mulheres também aumentaram a sua presença relativa entre os ocupados, na medida em que a ocupação entre elas cresceu 32,1% entre 1992 e 2002,¹⁰ comparado a 21,0% para a ocupação total. Segue daí que o crescimento do desemprego é fruto, também, do aumento de sua taxa de participação no mercado de trabalho.

De qualquer modo, esse padrão é ainda mais nítido nas regiões metropolitanas, onde a desocupação feminina cresceu 106,7%, contra 84,6% do contingente de desempregados. Com isso a participação das mulheres aumentou em 3,85 p.p. Em contrapartida, nas áreas não-metropolitanas o aumento foi inferior à média — 76,7% — devido, em grande medida, ao comportamento na área rural, onde o número de mulheres desempregadas aumentou não mais que 17,9%.

Entre as grandes regiões, o Sudeste, que já respondia por quase metade do número de mulheres desempregadas em 1992, experimentou crescimento acima da média para o grupo — na verdade o segundo maior entre as regiões (101,5%) —, o que fez com que sua participação aumentasse em 3,12 p.p., superando a marca dos 50% em 2002.

TABELA 9
DESOCUPAÇÃO ENTRE AS MULHERES — PNADS DE 1992 E 2002

Desocupados Mulheres	1992	2002	Diferença absoluta	Crescimento (%)	Crescimento na participação (p.p.)
Brasil	2.288.264	4.330.523	2.042.259	89,2	—
Metropolitano	954.311	1.972.920	1.018.609	106,7	3,85
Metropolitano PME	810.635	1.647.515	836.880	103,2	2,62
Não-metropolitano	1.333.953	2.357.603	1.023.650	76,7	-3,85
Urbano	1.192.323	2.190.567	998.244	83,7	-1,52
Rural	141.630	167.036	25.406	17,9	-2,33
Grandes regiões					
Norte	121.372	261.478	140.106	115,4	0,73
Nordeste	612.627	1.035.572	422.945	69,0	-2,86
Sudeste	1.107.959	2.232.118	1.124.159	101,5	3,12
Sul	292.671	529.221	236.550	80,8	-0,57
Centro-Oeste	153.635	272.134	118.499	77,1	-0,43

4.6 DESOCUPAÇÃO ENTRE CHEFES DE DOMICÍLIO

O último grupo selecionado para um exame mais pormenorizado é o composto pelos desocupados que são chefes de domicílio. A escolha se justifica por dois motivos. Primeiro, as indicações fornecidas pelo índice de turbulência, apresentadas na Tabela 4,

10. Dados disponíveis no anexo estatístico.

sinalizam uma heterogeneidade maior nas mudanças espaciais associadas a esse grupo do que o observado na média. Segundo, o desemprego entre chefes de domicílio tende a ser objeto de maior atenção e preocupação, por serem eles, no mais das vezes, os principais responsáveis pela provisão de recursos para os demais membros da unidade domiciliar.

Assim como ocorreu com as mulheres, a desocupação também cresceu mais entre os trabalhadores que são chefes de domicílio — 75,9% — do que para o conjunto de toda a força de trabalho nacional (ver Tabela 1), de tal forma que do aumento de 1.675 milhão no número de desempregados entre 1992 e 2002, 739 mil são trabalhadores chefes de domicílio.

TABELA 10
DESOCUPAÇÃO ENTRE OS CHEFES DE DOMICÍLIO — PNADS DE 1992 E 2002

Desocupados Chefes e domicílio	1992	2002	Diferença absoluta	Crescimento (%)	Crescimento na participação (p.p.)
Brasil	973.864	1.713.430	739.566	75,9	–
Metropolitano	409.288	806.515	397.227	97,1	5,04
Metropolitano PME	350.602	679.702	329.100	93,9	3,67
Não-metropolitano	564.576	906.915	342.339	60,6	–5,04
Urbano	513.738	854.986	341.248	66,4	–2,85
Rural	50.838	51.929	1.091	2,1	–2,19
Grandes regiões					
Norte	54.222	88.502	34.280	63,2	–0,40
Nordeste	247.977	410.154	162.177	65,4	–1,53
Sudeste	482.174	895.309	413.135	85,7	2,74
Sul	129.281	201.803	72.522	56,1	–1,50
Centro-Oeste	60.210	117.662	57.452	95,4	0,68

Mais da metade do aumento de desempregados desse grupo ocorreu nas áreas metropolitanas (o mesmo valendo, em escala ligeiramente menor, para as seis regiões metropolitanas da PME), com crescimento de 97,1% e participação no total do grupo aumentando 5,04 p.p. Em boa medida isto decorre do fato de o desemprego entre chefes de família ser uma parcela muito pequena do desemprego total — cerca de 15% apenas. De qualquer maneira, essa incidência e crescimento diferenciados levanta uma questão importante na qualificação da taxa de desemprego metropolitano no que diz respeito a sua representatividade para a taxa nacional. Como visto na Subseção 3.3, os movimentos observados para essa taxa no nível metropolitano estão em sincronia com o que acontece para a taxa de desemprego no plano do Brasil como um todo. A composição do contingente de desempregados, todavia, parece ser diferente, demandando uma análise mais profunda.

Em relação às grandes regiões, por sua vez, o Sudeste apresentou o maior crescimento no número de desocupados chefes de domicílio, que passaram de 482 mil em 1992 para 895 mil em 2002. Esse crescimento de 85,7% fez com que a

participação dessa região crescesse 2,74 p.p., a expensas de quase todas as outras, com exceção do Centro-Oeste. Hoje, o Sudeste concentra mais da metade dos chefes de domicílio desempregados no Brasil.

5 RESUMO E COMENTÁRIOS

O foco deste estudo foi a mensuração e análise das mudanças espaciais da ocupação e desocupação ocorridas entre 1992 e 2002 no mercado de trabalho brasileiro. Com base nos dados das PNADs de 1992 e 2002, foram comparadas as distribuições segundo várias partições espaciais — grandes regiões, UFs e, especialmente, áreas metropolitanas e não-metropolitanas — para aqueles grandes agregados e, também, para alguns grupos específicos mais relevantes e que apresentaram indícios de mudanças mais acentuadas.

Os resultados deste exercício revelam que a realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro ocorreu de forma diferenciada de acordo com o objeto de análise. Em relação aos grandes agregados inspecionados, ocupação e desocupação (conforme a definição da Subseção 2.1), os resultados mostram que os movimentos não foram tão intensos.

Isto é particularmente verdadeiro para o caso da ocupação em que, na desagregação mais fina — por UFs — o índice de turbulência mostrou que se 2,6% da PEA ocupada em 2002 fossem realocados, seria possível reproduzir a distribuição entre os estados observada em 1992. Em outras palavras, em que pese a existência de algumas dissimilaridades, com destaque para as áreas rurais (Tabela 1), o padrão de geração de empregos foi relativamente homogêneo nas diversas esferas no período.

Já no que se refere à desocupação, há evidências de um processo ligeiramente mais intenso de mudanças espaciais, com o índice de turbulência chegando a 4,7%. Em grande parte isso se deveu ao crescimento da participação dos contingentes metropolitano e da região Sudeste no total de desempregados.

Uma conseqüência, até certo ponto inesperada, dos movimentos da ocupação e desocupação foi, conforme discutido na Subseção 3.3, a observação de evoluções bastante parecidas, em termos relativos, para as taxas de desemprego das áreas metropolitanas (todas elas ou apenas as seis cobertas pela PME) e não-metropolitanas. Não obstante o fato de essas taxas estarem em patamares claramente distintos, a taxa de desemprego metropolitano passou de 9,7% em 1992 para 13,5% em 2002, enquanto a taxa nacional passou de 7,2% para 9,9% no mesmo intervalo de tempo. Em ambos os casos as variações são ligeiramente inferiores a 40% (39% e 38%, respectivamente), o mesmo ocorrendo para o universo das regiões metropolitanas da PME (Tabela 3). Esse achado é importante, pois fornece respaldo à utilização dos dados contemporâneos da PME para a aferição qualitativa do estado da conjuntura do mercado de trabalho, ao menos no que diz respeito à taxa de desemprego, não só na esfera metropolitana mas também no plano nacional.

Se no agregado as mudanças espaciais não foram profundas, elas se mostraram mais relevantes para alguns grupos socioeconômicos. O primeiro deles é o setor industrial, segmento emblemático no contexto econômico, com um índice de turbulência de 7,0%. Aqui, os resultados do exercício confirmam as expectativas em

relação à descentralização da produção industrial brasileira, apontando uma redução da importância da RMSP neste setor. Os principais pólos industriais emergentes, além do próprio interior do Estado de São Paulo, são os estados vizinhos, com destaque para o Paraná e Minas Gerais — a exceção que cumpre destacar é o Rio de Janeiro, que experimentou forte retração.

Outro segmento de interesse é o dos postos de trabalho protegidos, tradicionalmente encarados como seguros e de maior qualidade, que apresentaram um índice de turbulência de 5,8%. Esse grupo, usualmente entendido como o setor formal da economia, cresceu menos nas regiões metropolitanas (12,9%), em particular nas cobertas pela PME (8,7%), do que no país como um todo (22,7%). No âmbito das regiões metropolitanas, o seu crescimento foi inferior ao da ocupação, o que contribuiu para o propalado incremento da informalidade. No plano nacional, por sua vez, ocorreu o oposto, com o emprego no setor protegido crescendo ligeiramente acima da ocupação total. Assim, se a PME parece indicar adequadamente os movimentos, o mesmo não ocorre no que se refere à natureza dos postos de trabalho gerados. Embora esse cruzamento não seja analisado aqui, é provável que esse comportamento da ocupação no setor protegido esteja relacionado, em alguma extensão, com a despolarização do emprego industrial.

A ocupação de trabalhadores de quatro a sete anos de estudo completos revela, também, um esvaziamento das áreas metropolitanas e da região Sudeste. Esse padrão, semelhante ao detectado pela PME, sugere que as oportunidades de conseguir trabalho para a mão-de-obra pouco qualificada vêm diminuindo nos mercados de trabalho metropolitanos. Não é possível afirmar em que medida isso se deve a uma diminuição da oferta ou, o que parece ser o fator preponderante, um viés da demanda que favorece o trabalho mais qualificado. A última opinião, defendida por muitos, nos leva a conjecturar que os menos qualificados estão sendo “escanteados” dos mercados metropolitanos, pois mesmo com o crescimento da informalidade e a diminuição de importância do emprego industrial, o espaço para eles vem se contraindo. No plano nacional, por sua vez, o panorama não chega a ser muito melhor, tendo em vista que para esse grupo cresceu apenas 7,5% no período.

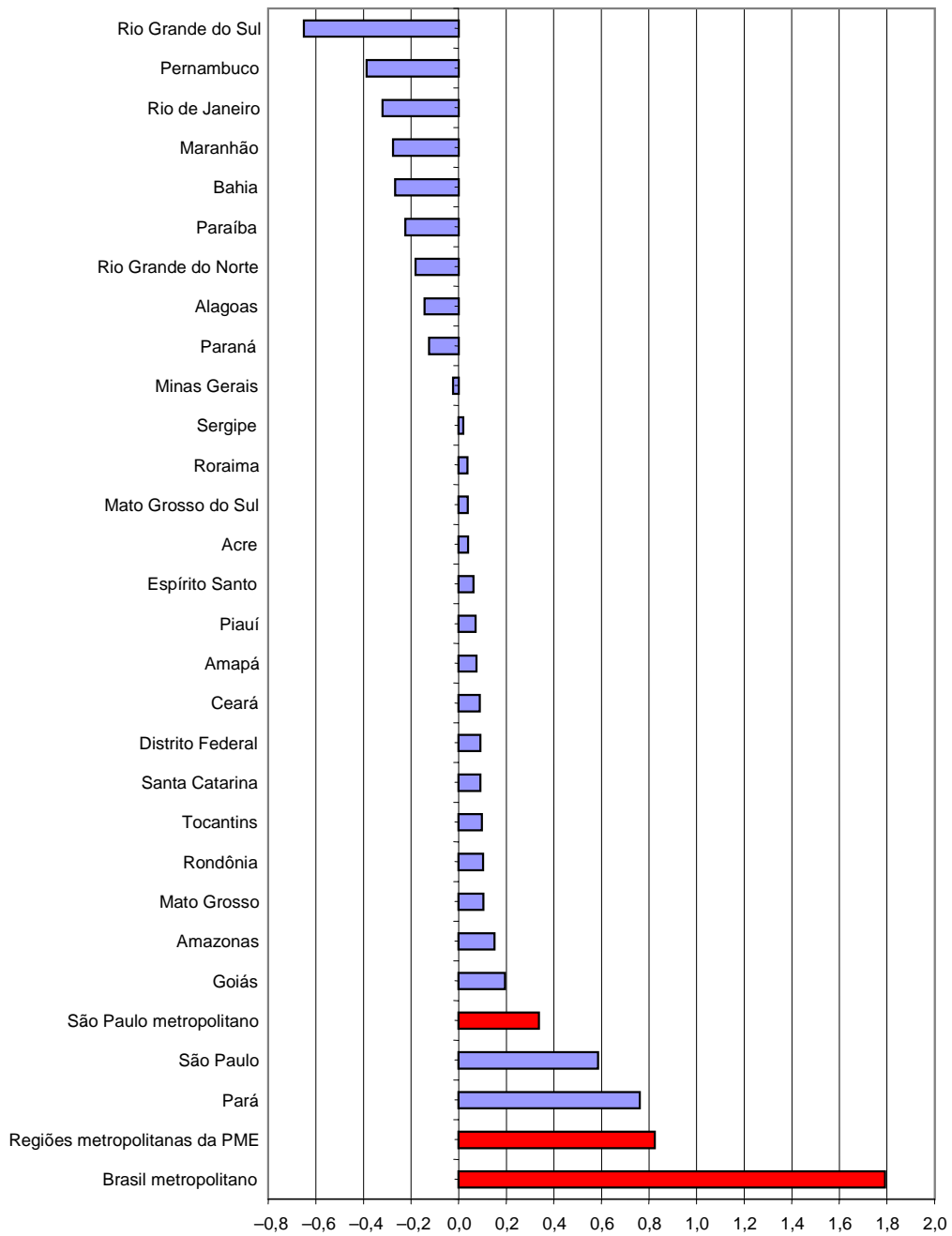
A questão que se coloca de imediato na agenda de pesquisa é a investigação da medida em que isso se deve a um crescimento da escolaridade e retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, ou se esse grupo vem se retirando da força de trabalho e se abrigando na rede de proteção familiar. A Subseção 4.4 mostra que, de fato, o trabalho na faixa etária de 10 a 14 anos vem caindo, o que responde em parte à questão. De qualquer modo, esse avanço, ainda que extremamente bem-vindo, parece ter alcance limitado, sobretudo no meio metropolitano.

No que se refere à desocupação, dois grupos foram analisados em mais detalhes. O primeiro, formado pelas mulheres, que aumentou de forma expressiva, passando a representar mais de 50% dos desocupados em 2002. Como elas também aumentaram sua presença entre os ocupados, pode-se concluir que em boa medida isto se deveu a sua maior participação no mercado de trabalho. Em termos de cortes espaciais esse comportamento foi mais acentuado nas regiões metropolitanas e no Sudeste.

A desocupação entre os chefes de domicílio segue basicamente o mesmo padrão, com acentuado crescimento nas metrópoles e na região Sudeste. Nesse sentido, faz-se

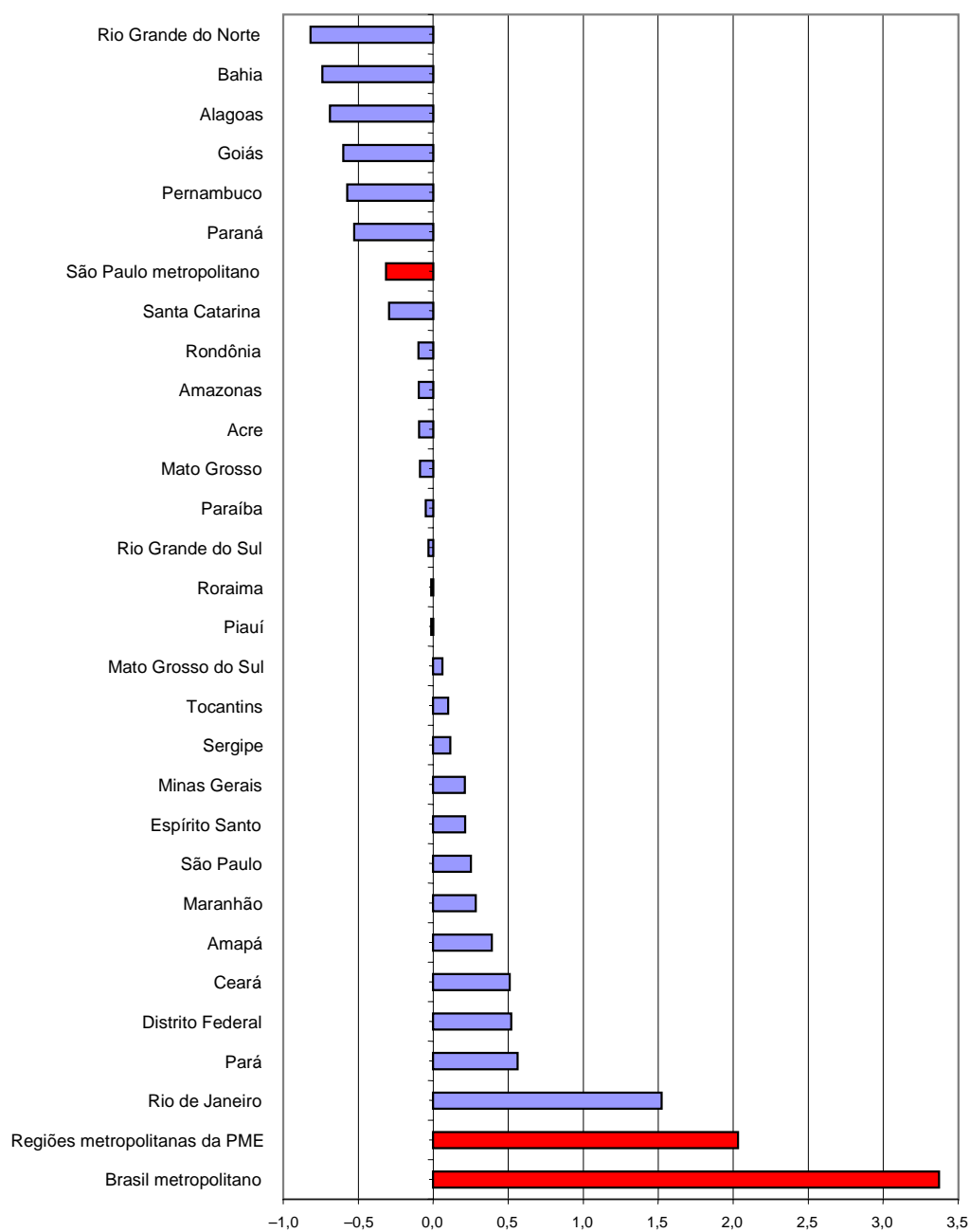
necessário observar que o acompanhamento do desemprego através da PME, que como visto fornece boas indicações das variações da taxa de desemprego do país, não necessariamente reflete a realidade no plano nacional, na medida em que na sua composição pode haver uma super-representação de grupos para os quais o desemprego, a princípio, tem conseqüências mais nefastas.

GRÁFICO 1
VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DE OCUPADOS NAS UFs — 1992-2002



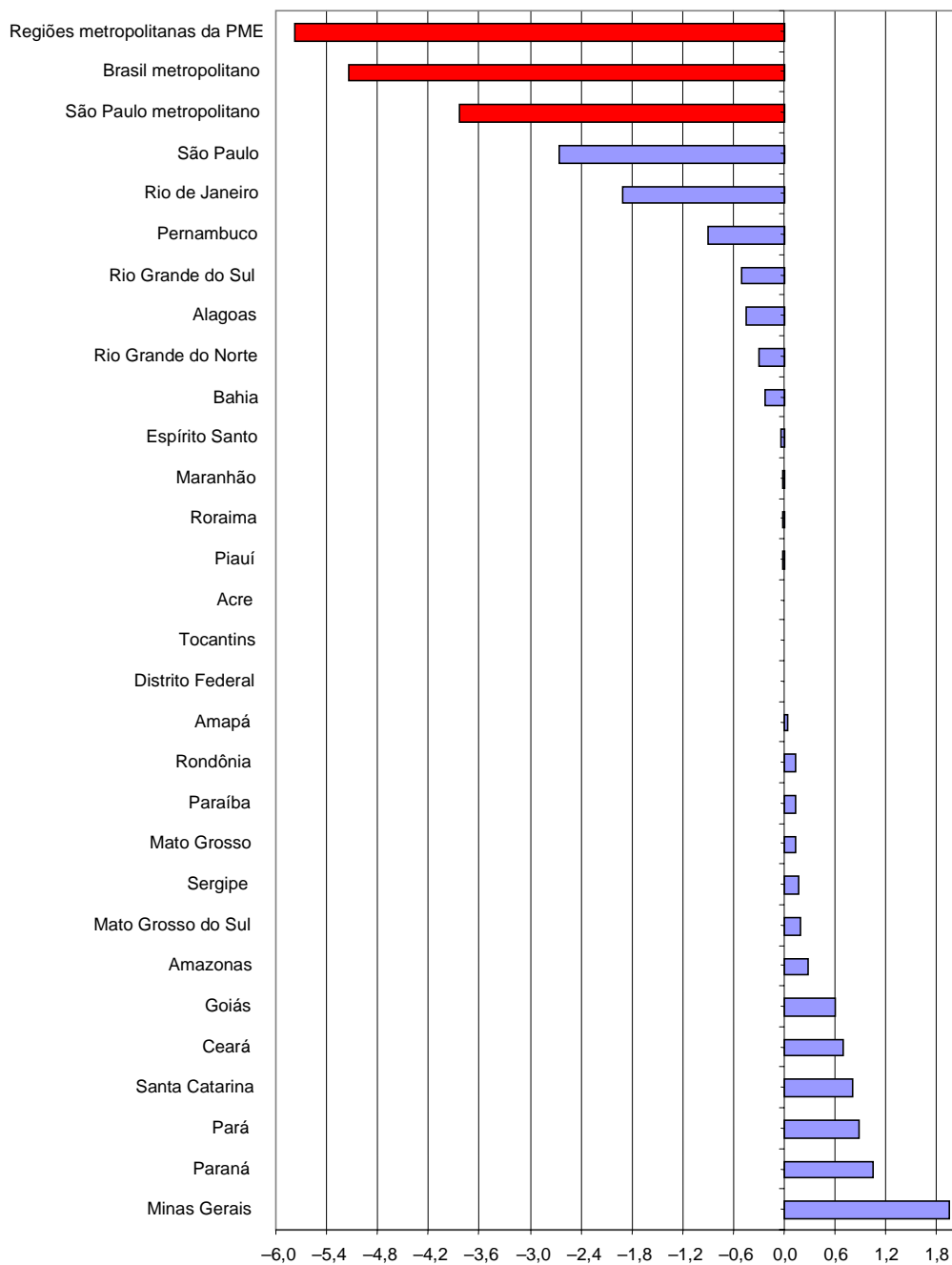
Fonte: PNADs de 1992 e 2002.

GRÁFICO 2
 VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DE DESOCUPADOS NAS UFs — 1992-2002



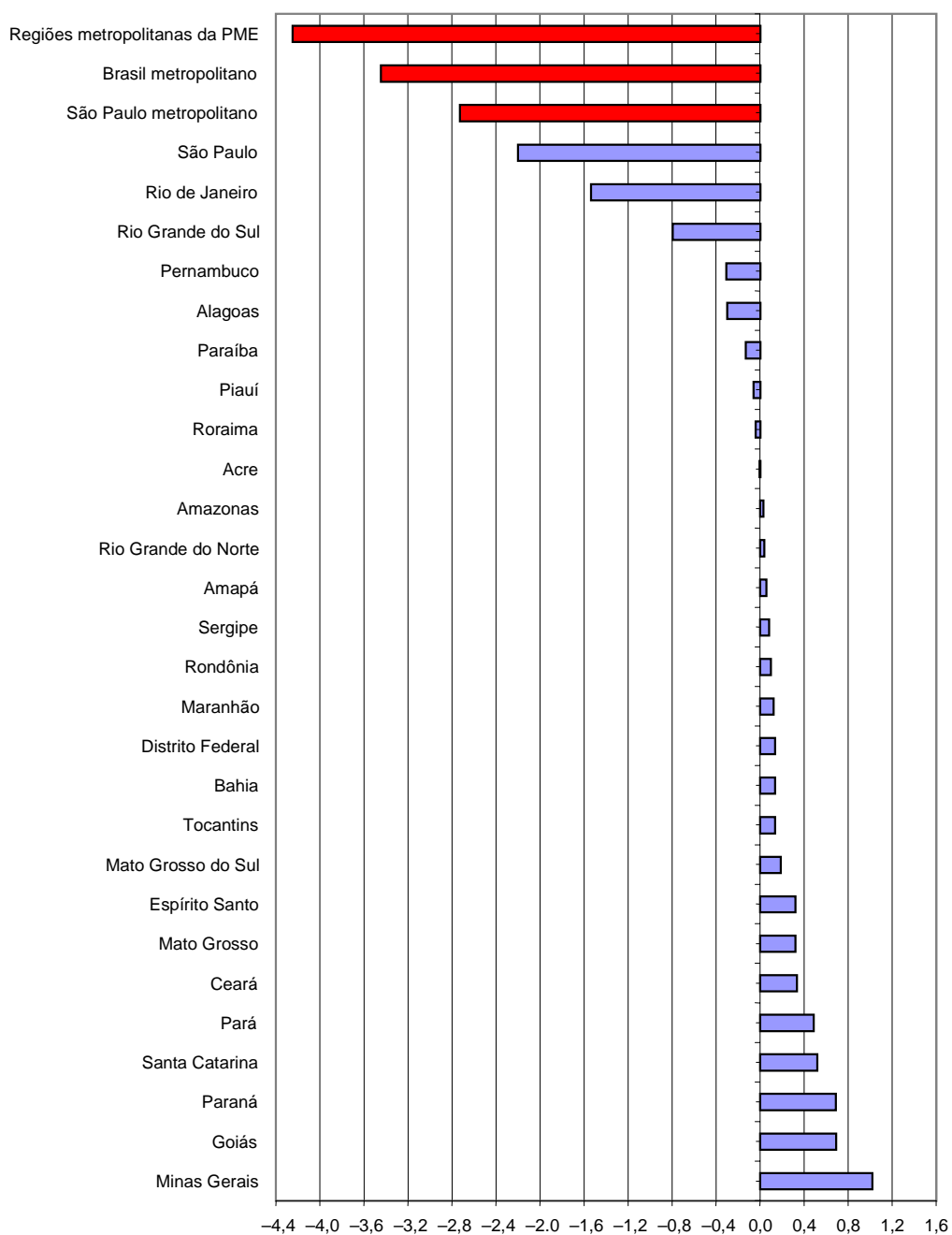
Fonte: PNADs de 1992 e 2002.

GRÁFICO 3
 VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA NAS UFs — 1992-2002



Fonte: PNADs de 1992 e 2002.

GRÁFICO 4
 VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DE TRABALHADORES PROTEGIDOS NAS UFs — 1992-2002



Fonte: PNADs de 1992 e 2002.